



Fundação Educacional de Além Paraíba

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, _____, brasileiro/a, estado civil _____, residente na cidade de _____, Estado/UF: _____, na Rua: _____, nº _____, Bairro _____, portador/a da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo Órgão: _____/_____, inscrito/a no CPF/MF nº _____, DECLARO, para servir de documento junto ao **Serviço Social da FEAP**, a instruir **Processo de Concessão de Bolsas de Estudo Assistencial**, ao/a aluno/a _____, na Fundação Educacional de Além Paraíba, que não apresentei, no ano anterior, a **declaração de Imposto de Renda à Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda**.

DECLARO, ainda, que estou ciente que a inexatidão das informações prestadas, além de me obrigar à devolução da importância dada como bolsa, me sujeitará às penalidades previstas no parágrafo 3º do artigo 15, da Lei 12.101/2009*, e artigos 171 e 299, ambos do Código Penal**.

Por ser verdade, firmo a presente declaração em uma única via, para que produza todos os seus efeitos legais.

_____, ____ de _____ de _____.

DECLARANTE

***Art. 15 - (...) § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 2º Compete à entidade de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.”**

**** “Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento” ***.**

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.